

ANÁLISE DO ENSINO DE LIBRAS À DISTÂNCIA ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS EVG E ITB PELA PERSPECTIVA DO MODELO CIPP

Luana Maria Landim de Lucena¹
Yasmin Carla de Sousa²

RESUMO

O presente artigo apresenta o uso de duas plataformas de ensino à distância, especificamente, no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo elas: Prospere ITB e EVG analisando-as através do Modelo Contexto, Insumo, Processo e Produtos (CIPP). O objetivo é observar quais os métodos, recursos didáticos e resultados obtidos através do modelo CIPP. Essas plataformas são respostas da sociedade às políticas de divulgação e incentivo do uso da Língua de Sinais que no Brasil ganhou visibilidade e instrumentos legais de apoio recentemente. Essa disseminação da língua, porém, deverá ser conduzida por processos de ensino-aprendizagem que por sua vez devem ser submetidos a processos de avaliação constante para que haja progresso verdadeiro na união linguística da comunidade surda e da comunidade ouvinte ao tornar o cidadão brasileiro bilíngue seja ele surdo ou ouvinte, competente para falar na Língua Oral ou Sinalizada do País.

Palavras-chave: Ensino à distância, Libras, Modelo CIPP, Processos de avaliação, Processo ensino aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A língua brasileira de sinais é fortalecida pelos seus falantes, sejam eles surdos ou ouvintes, quando à medida que aprendem a língua assimilam seu vocabulário, não resistindo aos regionalismos e respeitando a cultura regional das comunidades surdas brasileiras. Porém, se analisarmos a unicidade da língua brasileira de sinais lhe falta registro e principalmente falta à própria comunidade surda internalizar o termo “brasileira”, já que muitos resistem à assimilação de sinais regionais como sinônimos que contribuem para o enriquecimento da língua brasileira de sinais.

Esse é o panorama geral das motivações que nos trouxeram à escrita deste artigo. O qual devido à amplitude do tema analisará a questão com enfoque nos cursos de Libras à distância. Através da internet estes cursos alcançam alunos para além de sua região, surdos e ouvintes. Estes alunos podem através do curso ter o primeiro contato com a língua ou manter um contato pré-existente, no entanto, avaliar como essa língua está sendo disseminada, este é

¹ Graduanda do Curso Licenciatura em Letras - Libras (Língua Brasileira de Sinais) da Universidade Federal do Piauí- UFPI, estudosdeluanamaria@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Letras - Libras (Língua Brasileira de Sinais) do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI e pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, yasmincs.contato@gmail.com;

o objetivo do estudo neste texto. São duas plataformas de ensino sob análise a partir do método CIPP. As plataformas são Prospere Instituto Tecnológico Brasileiro (ITB) e Escola Virtual do Governo (EVG).

Para situar os leitores, de modo geral, quanto à relação destas instituições com o histórico e embasamento legal para existência das mesmas é que nos referimos a uma retrospectiva permitida por Lopes (2018) acerca do ensino e da qualificação de pessoas com deficiência:

“Em 1973, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que seria o responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil, sem que se efetivem políticas públicas de acesso universal à educação para os estudantes com deficiência. O que só estaria garantido, em lei, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que se define: no Art. 205, “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, on-line);” (LOPES, 2018, p. 61)

Tem-se, portanto, atualmente a seguinte redação na Constituição Brasileira “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando [...] sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, online). As plataformas são iniciativas representantes de alguns desses sujeitos que promovem e incentivam a educação com ênfase nesse papel tão importante de qualificar o indivíduo para o mercado de trabalho, o que remete a uma dessas instituições voltada para o ensino técnico, e à outra voltada para os servidores públicos sejam eles de formação técnica ou superior e aberta ao cidadão. Estão aí as figuras da sociedade e do Estado como promotores da difusão da Língua de Sinais do país.

De 1973 a 2019 houve um processo de aprendizagem nacional, através do qual, o Governo tem feito grandes avanços. Atem-se aqui à realidade antes apresentada por Lopes (2018) que ressalta a escassez de políticas públicas no Brasil àquela época. Considerando-se políticas públicas: ações governamentais a fim de resolver problemas de interesse público; ao longo da avaliação das duas plataformas online de ensino, percebemos avanços históricos na educação voltada para os surdos e na difusão de sua língua na comunidade ouvinte brasileira. Dentre eles a Lei 10.436 que reconheceu a Libras como “meio legal de comunicação e expressão” no Brasil em 2002, este é outro aparato legal que revela que as instituições estudadas estão cumprindo a determinação legislativa ao criarem esses cursos a fim de apoiar e difundir a Língua de Sinais do país.

Segundo a plataforma do Instituto Tecnológico Brasileiro (ITB) a instituição assume:

“a responsabilidade de contribuir para a formação de pessoas com competências que vão além do saber, conforme preconiza os quatro pilares da educação para o século XXI definidos pela UNESCO (1999), ao mesmo tempo em que está em sintonia com

as prerrogativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.” (<http://prospereitb.com.br/cursos>)

Isso indica que as instituições supracitadas e os cursos de libras por elas ofertados surgem como respostas às necessidades da sociedade e como fruto do efetivo reconhecimento de uma língua, no caso, da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), além do ato normativo público expresso em Lei no papel ou no meio eletrônico e sim na difusão de fato da mesma.

Para fazer essa pesquisa adotou-se o Modelo Contexto, Insumo, Processo e Produtos (CIPP) analisando a atuação nos sistemas de ensino à distância. O modelo de avaliação CIPP foi criado por Daniel Stufflebeam e Egon Guba, com o intuito de ser um “auxiliar na tomada de decisões a fim de facilitar o desenvolvimento educacional através de uma abordagem proativa na avaliação de programas de ensino” (STUFFLEBEAM, 1971, tradução nossa).

Á época de sua criação o objetivo era atender a legislação, em vigor a partir de 1965, a *Elementary and Secondary Education Act* (ESEA). Neste contexto a Universidade Estadual de Ohio foi contratada como centro de avaliação das escolas públicas do distrito de Columbus, Ohio. De acordo com Gomes (2015) os modelos de avaliação utilizados até então se mostraram inadequados na observância da realidade escolar do distrito, o modelo tornou-se, então, uma solução de Stufflebeam e Guba para realizar a tarefa eficazmente.

A sigla CIPP refere-se a Contexto, Insumo, Processo e Produtos. No Contexto avalia-se a qualidade, a importância, se o curso atende àquilo que se propõe conforme o público-alvo, a partir do planejamento do programa, observando que equipe o planejou a fim de mostrar como aprimorar o programa. Os Insumos referem-se aos recursos humanos e materiais dispostos pela plataforma. No Processo acompanha-se as plataformas de maneira a identificar falhas, realizar adaptações no sistema, no conteúdo, naquilo que couber para tornar o processo ensino aprendizagem novamente eficiente a fim de obter as metas propostas no planejamento revelado no contexto, assim reconhecendo os pontos positivos e negativos das plataformas. O Produto é o tópico em que se avaliam os resultados alcançados com as plataformas comparando a meta e o alcançado.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, para realizá-la usamos como fonte de informações a pesquisa nas próprias plataformas e complementamos com as informações obtidas pelos questionários enviados às equipes responsáveis pelas plataformas com os seguintes questionamentos: “O grupo que criou a plataforma de ensino tem Surdos e Ouvintes na sua equipe? No grupo que organizou os conteúdos a serem ministrados no curso de "Introdução à

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Libras" todos são Ouvintes ou há Surdos?! Em qual estado foram elaborados os materiais do curso citado na questão anterior? Quais são as formações de cada professor? Quantos alunos acessam o curso de Libras? E quantos alunos surdos acessam? Os conteúdos são feitos por professores concursados pelo governo ou são contratados de fora? Qual seu objetivo ao disponibilizar o curso de Libras na plataforma?

As plataformas analisadas foram todas acessadas gratuitamente pelas autoras as quais colocaram-se no lugar de uma pessoa online acessando-as pelos meios comuns, por exemplo, pesquisa em site de busca. Com a ressalva de que no período de teste realizado ambas eram de livre acesso, posto que a Prospere ITB se encontra agora com o curso de Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) somente mediante pagamento. A partir disso, analisou-se o *layout*, a facilidade de acesso e o público alvo sempre através do modelo de avaliação CIPP revelando sua qualidade, seus benefícios, sua probidade e sua relevância.

Posteriormente, por email eletrônico solicitaram da equipe responsável pelo sistema de ensino digital, informações que não estão disponíveis no site a fim de complementar as informações no modelo avaliativo. Refere-se aqui, especificamente, ao sistema ITB. A Escola Virtual do Governo (EVG) foi contatada por outro meio disponível no site, um sistema de reclamações diverso do email direto que realiza o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Outro ponto importante a destacar é que a avaliação se deu em *notebooks* e computadores sabe-se, portanto, que podem ocorrer alterações no *layout* e funcionamento nas plataformas se acessadas por *smartphones*, mas este não é o objeto de estudo dessa pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

As plataformas serão aqui apresentadas conforme o Modelo CIPP.

ITB

Contexto: A plataforma ITB criada pelo Instituto Tecnológico Brasileiro Prospere itb, com sede no Rio Grande do Norte em Natal no início de 2018, promoveu junto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), os cursos Libras e Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais mediante inscrição no site do Pronatec Voluntário na modalidade “Educação à Distância” gratuitamente. Atualmente, os cursos não estão sendo ofertados junto ao governo e sim apenas no site da instituição que atua conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, especialmente promovendo

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

cursos de qualificação profissional e tecnológica estabelecidos no artigo 39 da mesma, que descreve os quatro tipos de cursos ofertados na plataforma: os cursos de formação inicial e continuada (FIC); cursos técnicos, cursos de qualificação profissional e cursos de educação de jovens e adultos.

O Curso de Introdução à Interpretação é de formação inicial e continuada com certificado de 170 horas atendendo ao mínimo de 160 horas estabelecido no Art. 3º do Decreto nº5.154/2004, no entanto, ele fica disponível para acesso do aluno por 180 dias a contar da data de sua inscrição, este é o período para concluí-lo. A impressão do certificado poderá ser feita posteriormente, sem prazo determinado.

Insumos: Quanto aos recursos humanos, o grupo que criou a plataforma de ensino não tem surdos e ouvintes na sua equipe, apenas ouvintes. Quanto aos recursos didáticos, os profissionais que elaboraram os materiais são especialistas em Libras os quais por trabalharem em instituição privada são contratados da empresa. Esses profissionais responsáveis pelo conteúdo também são ouvintes e residentes no Rio Grande do Norte, local onde está a sede da instituição já que ela também possui polos presenciais no Acre, Amazonas, Pernambuco e Piauí. Quanto aos recursos digitais, o Layout é bem acessível, as informações na plataforma estão claras e as videoaulas contam com legendas automáticas.

Processos: a melhor maneira de verificar a presença dos alunos na videoaula dá-se neste ambiente virtual de aprendizagem: a cada videoaula após alguns minutos de aula aparece na tela uma caixa de informações questionando “Caro aluno, neste momento, você está presente?” e se este aluno estiver disperso com alguma outra atividade ao invés de concentrado na sua videoaula ele perderá o tempo hábil estabelecido pela plataforma para que o aluno responda, precisando assim recomeçar a aula e esperar que a caixa reapareça. No entanto, o curso por ser voltado para interpretação carece de atividades que não sejam apenas teóricas e que desenvolvam nos alunos a percepção da sinalização em vídeos. Questionários ancorados em vídeos e não somente em fotos.

Produtos: conforme o questionário enviado à equipe o objetivo do curso disponibilizado é “capacitar as pessoas que possuem interesse na área”, o que está conforme a realidade diante dos 18.725 alunos que acessaram o curso desde 2016 aos dias atuais.

EVG

Contexto: A Escola Virtual do Governo doravante EVG é uma plataforma organizada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Secretaria Nacional

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos. Dentro da Enap há a Coordenação-Geral de Educação à Distância (CGEAD), uma equipe voltada diretamente para a acessibilidade dos cursos ofertados na plataforma MOOC (do inglês *Massive Open Online Course*) que significa Curso Online Aberto e Massivo, um Portal Único que oferta cursos voltados para servidores públicos brasileiros, porém, aberta ao cidadão.

O Curso de Introdução à Libras é de formação com certificado de 60 horas disponível para acesso do aluno por 70 dias, desde sua inscrição tem-se este período para concluí-lo. Para imprimir o certificado, igualmente, não se estabelece um prazo. A Lei nº 10.436/2002 é a principal incentivadora da existência do curso na plataforma.

Insumos: Quanto aos recursos humanos, a equipe criadora da plataforma de ensino informou através do questionário em email que possui estagiários com deficiência visual e auditiva, e, que por este motivo reconhece e reflete sobre a inclusão no ambiente de trabalho também. Quanto aos recursos didáticos o curso Introdução à Libras, porém, teve seu material desenvolvido por equipe ouvinte, a conteudista a qual possui Mestrado em Linguística e especialização em Libras e a intérprete de Língua de Sinais, sua formação não foi especificada. E a respeito da contratação, a instituição informou sobre a conteudista contratada em 2016 pelo então Ministério dos Direitos Humanos, através do Projeto de Cooperação Internacional UNESCO 914BRZ3046 voltado para Inclusão de Pessoas com Deficiência: Ampliando Conhecimentos e Aperfeiçoando Mecanismo de Promoção, Formulação e Implantação de Políticas Públicas de Acessibilidade;

A equipe também contou com o apoio do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro, para cedê-los vídeos protagonizados por surdos ao ministrarem os conteúdos. Houve também apoio da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) na cessão de vídeos protagonizados, desta vez, por intérpretes de Libras para as atividades avaliativas. A Fundação Escola Nacional de Administração Pública, em Brasília, contribuiu com a criação e disponibilização do conteúdo em pdf relativo à conteudista citada anteriormente. O material, portanto, foi produzido por uma equipe conjunta de diversos estados.

Processos: a maneira de verificar a presença dos alunos não é tão eficiente, pois é o próprio aluno que assinala sua conclusão sem que haja uma intervenção do sistema. Ao lado do conteúdo programático que possui 7 módulos possui uma caixa para marcar a presença à medida que o aluno acessa os conteúdos. A plataforma indica que o aluno conclua o curso em 6 semanas dedicando 10 horas por semana àquele conteúdo. O curso embora não seja voltado

à interpretação possui atividades que não são apenas teóricas e que desenvolvem nos alunos a percepção da sinalização em vídeos. Mas ainda não possui avaliações que acompanhem a sinalização do aluno. O ponto de maior destaque positivo é a opção de Glossário disponível ao aluno, o qual situa o aluno a respeito de conceitos presentes no pdf que podem ser desconhecidos, além de aprofundar a respeito de Autores citados nos materiais. O glossário é tão bem elaborado que indica links de acesso a outros materiais em pdf disponíveis na internet e sugere obras dos autores citados.

Produtos: conforme o questionário enviado à equipe, o objetivo do curso disponibilizado é atender à lei nº 10.436/2002 a qual legitimou a Libras ao reconhecê-la como meio legítimo de comunicação e expressão no Brasil proveniente das Comunidades Surdas Brasileiras, ademais a lei obriga o poder público, em geral, a promover ações de forma institucionalizada a fim de estimular o uso e a difusão da língua de sinais na comunicação divulgando-a sobretudo aos servidores públicos federais, garantindo assim atendimento e tratamento adequado aos surdos. A plataforma tem alcançado bons resultados segundo os indicadores gerais revelados no site da “EVG em Números” (<https://emnumeros.escolavirtual.gov.br/indicadores/>) são 100.330 alunos já matriculados desde 2016 aos dias atuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não há ensino se o aluno não aprende. Contudo, como saber de fato se o aluno aprendeu algo estando à distância? Sobre a teoria percebe-se que a maioria das plataformas avalia o conhecimento teórico muito bem. Já quanto à prática e percepção na e da sinalização há que se aperfeiçoar. “Um ponto de muita importância nessa conversa é a compreensão de que a informática não vai substituir ninguém. Ela não vai tomar o lugar do professor nem vai fazer mágica na educação.” (COSCARELLI, 2017, 25), o ensino à distância se vale de tutores em algumas instituições exatamente por saber que esse tipo de ensino não exclui o ser humano do auxílio no processo de aprendizagem do aluno, portanto o *feedback* de uma equipe que avalie a sinalização destes alunos é necessária.

O processo de ensino aprendizagem precisa abraçar a dificuldade de atender uma grande quantidade de alunos que o ensino à distância proporciona e superá-la, aumentando o número de pessoas voltadas para o ensino nesse processo, visto que há tantas, na aprendizagem. A plataforma ITB claramente expressa sua perspectiva a respeito de sua

responsabilidade no repasse de conhecimento ao esclarecer o que é conhecer na perspectiva de Paulo Freire “não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo.” (FREIRE *apud* SILVA, 2014, p. 11). A Prospere ITB delega assim ao aluno, uma perspectiva que este precisa ter ao assimilar os conteúdos quanto à sua responsabilidade na assimilação dos mesmos. Dito isto, é louvável essa conscientização das perspectivas que precisam ser adotadas para um bom processo de ensino-aprendizagem à distância. Faz-se aqui um adendo, portanto, para que a plataforma estimule o desenvolvimento de outras competências específicas no uso da Língua de Sinais.

Dentre estas competências está a sinalização do aluno e a percepção do aluno a partir da sinalização de outra pessoa em vídeo. São práticas a serem somadas nas Autoavaliações, as quais são atualmente apenas avaliadoras quanto ao conteúdo teórico ministrado, porém não avaliam as práticas e percepções, entendimentos, da sinalização. Esse reparo não é necessário na plataforma EVG, contudo em ambas as plataformas o aluno não é estimulado a sinalizar apenas a compreender a sinalização. Observaremos alguns dados sintetizados nos quadros:

Quadro 1 da plataforma ITB (Modelo CIPP)

Plataforma	C	I	P	P
	Contexto	Insumos	Processos	Produtos
1. Prospere ITB (Instituto Tecnológico Brasileiro)	<ul style="list-style-type: none"> -Governo (PRONATEC) -Curso: Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais -Carga-horária: 170h -Curso gratuito à época; -Tipo de curso: qualificação profissional; - Duração: 6 meses. 	<p>-Recursos humanos: Oferecido por instituição privada e a sede própria é localizada no Rio Grande do Norte/RN.</p> <p>-Recursos didáticos: 1.Videoaulas com legendas automáticas; 2.Slides; 3.Fundo didático com imagens; 4.Livros em PDF;</p> <p>- Recursos de apoio didático: -Midioteca; -Fórum acadêmico; -Salas de bate –papo; -Tira dúvidas; -Mensagem para a tutoria; -Videoaula; -Anotações; -Material didático; -Autoavaliações; -Dúvidas frequentes; -Minhas informações; -Histórico; -Declaração; -Informações financeiras; -Mural;</p>	<p>-Disciplinas: Módulo único</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Processos de aprendizagem; 2. Ética e cidadania; 3. Empreendedorismo; 4. Técnicas de atendimento; 5. Língua brasileira de sinais <p>-Avaliações teóricas a respeito dos conteúdos presentes nos livros digitais e videoaulas.</p>	<p>Tipos de cursos: 1.Técnicos à distância; 2.Qualificação profissional; 3.Aperfeiçoamento profissional; 4.Educação de jovens e adultos – EJA.</p> <p>Quantidade de cursos: 1. Cursos Técnicos: - À Distância, 6 cursos; - Semipresencial, 2 cursos; - Presencial, 1 curso. 2. Cursos de qualificação: 64 cursos. 3. Cursos de aperfeiçoamento profissional: 15 cursos. 4. Cursos de educação de jovens e adultos – EJA: Em breve (conforme aparece no site).</p>

		-Biblioteca virtual.		
--	--	----------------------	--	--

Fonte: As autoras.

O uso de slides em videoaulas torna a comunicação visual com alunos surdos mais eficiente, as legendas são outro recurso indispensável na garantia da acessibilidade de surdos letrados em português. Verifiquemos o quadro 2:

Quadro 2 - Análise ITB

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS	OBJETIVOS	SOLUÇÃO	RESULTADOS
<ul style="list-style-type: none"> - A plataforma tem um sistema vigilante e o aluno é obrigado a clicar em botão confirmando se está realmente assistindo o vídeo. O clique do botão OK significa que a plataforma desperta o interesse do aluno de forma reforçada. - Plataforma bem elaborada e organizada, bem didática; - Linguagem clara. - Possui legenda nos vídeos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem formal e acadêmica, pode ser inadequada ao público alvo. Pois o público alvo é livre; - Não tem glossário próprio; - Não explora a sinalização do aluno. - Legendas Automáticas. 	<p>Capacitar pessoas que possuem interesse na área.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Explorar a presença de professores e profissionais capacitados para acompanhar o desenvolvimento do aluno por meio de atividades de sinalização enviadas ao sistema para análise. - Produção de vídeos sinalizados para avaliar a compreensão dos alunos, a respeito dos sinais ensinados. 	<p>-18.725 alunos, durante o período de 2016 aos dias atuais.</p>

Fonte: As autoras.

Observa-se que o público alvo tem grande expressão em números gerais, contudo a instituição não soube informar quanto alunos são surdos. Isso se repete nas informações da outra plataforma apresentada no quadro 3:

Quadro 3 da plataforma EVG (Modelo CIPP)

Plataforma	C	I	P	P
	Contexto	Insumos	Processos	Produtos
2. EVG (Escola Virtual)	<ul style="list-style-type: none"> - Governo - Curso: Introdução à Libras. - Carga-horária: 60h. - Curso gratuito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Organizada pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, sua sede é localizada em Brasília/DF. Parceria com INES e IFSP. - Recursos didáticos: 1. Guia do participante; 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas (divisão em módulos): 1. Introdução à surdez e à Libras; 2. Expressões faciais e Família; 3. Calendário e Números; 4. Casas, Cômodos, 	<ul style="list-style-type: none"> Tipos de cursos: Capacitação de Servidores Públicos, aberto ao público em geral. Quantidade de cursos:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

	-Tipo de curso: qualificação profissional. -Duração: 70 dias.	2. Glossário; 3. Biblioteca; 4. Conteúdo em PDF; 5. Videoaulas cedidas pelo INES. - Recursos de apoio didático: 1. Exercício avaliativo; 2. Orientações sobre os módulos que compõem o conteúdo.	Utensílios de Cozinha e Cores; 5. Verbos, Meios de Transporte e Animais; 6. Verbos e Profissões; 7. Módulo de Encerramento.	160 cursos.
--	--	---	--	-------------

Fonte: As autoras.

Conforme citamos acima percebe-se outro número expressivo de modo genérico no quadro 4:

Quadro 4 – Análise EVG

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS	OBJETIVOS	SOLUÇÃO	RESULTADOS
- Glossário bem desenvolvido. - Avaliações que exploram a compreensão de sinalização. -Possui legendas.	- Não explora a sinalização do aluno. - Comprovação de presença do aluno sem automatização ou intervenção do sistema. -Legendas Automáticas.	- Capacitar servidores públicos, da esfera federal, para compreenderem a necessidade da divulgação da Libras como uma língua completa, oriunda da Comunidade Surda Brasileira, com elementos visual espaciais próprios, independentes da Língua Portuguesa, bem como refletirem sobre essa comunidade, suas necessidades e possibilidades.	- Desenvolver a sinalização dos alunos e alterar a maneira de certificar a presença dos mesmos.	-100.330 alunos, durante o período de 2016 aos dias atuais.

Fonte: As autoras.

O *layout* de fácil comunicação visual das plataformas é um ponto positivo, contudo a presença das legendas automáticas, ao invés de manuais, dá indícios de que os surdos, ainda que estejam inseridos no público-alvo já que os cursos são abertos aos cidadãos em geral, precisam ser melhor assistidos, ter legendas é um ponto positivo mas a automatização delas é negativo. Além de que ambas as equipes não souberam informar a quantidade de surdos que acessam as plataformas, é necessário que se inclua na página de inscrição dos cursos se o aluno possui ou não alguma deficiência física, a fim de melhorar os recursos voltados a este público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise mediante o Modelo CIPP aqui feita espera contribuir com a melhoria das plataformas de ensino de Libras à distância no Brasil, percebe-se a ausência de surdos na equipe de produção de material no curso do ITB, enquanto na equipe produtora de conteúdo da EVG, embora completamente composta de ouvintes, na parceria com o INES torna os

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

surdos protagonistas de videoaulas. Assim sendo, é preciso valorizar o surdo como falante natural da língua inserindo-o também na produção de conteúdo. Em ambas as plataformas, outra contribuição dos surdos possível é a avaliação da sinalização dos alunos. A produção em língua de sinais não recebe a devida atenção. A inclusão de atividades práticas que promovam esse *feedback* é possível, os *smartphones* tão presentes na sociedade atual possibilitam que os alunos se filmem e enviem para as plataformas o arquivo a ser avaliado.

Os responsáveis pelos cursos precisam, também, refletir acerca dos alunos inscritos surdos. Nem todos os surdos sabem Libras e muitos não a adquirem desde cedo, a aquisição de muitos se dá tardiamente, em grande parte, pelos esforços da família em oralizá-lo atrasando-o no âmbito educacional. Alunos surdos são sim alunos em potenciais mesmo que a Língua de Sinais seja a língua natural do surdo, assim como a língua oral é estudada pelos seus falantes, de igual modo deve ser o acesso desses estudos aos surdos, acesso fácil. Por isso citamos neste trabalho acerca das legendas tão importantes no assistir de uma videoaula, contudo se essas legendas são automáticas ocorrem perdas e trocas na fala dos professores que prejudicam o entendimento dos alunos. Deste modo, a legenda tornou-se uma tecnologia assistiva, de preferência inserida manualmente.

As leis, portarias e programas de governo são ações de governo em prol da resolução do problema da comunicação entre comunidade surda e ouvinte, são, portanto, políticas públicas gerando processos de ensino aprendizagem nos cursos criados. Cabe aos profissionais da área repensar a maneira de explorar o ensino a distância proporcionando um *feedback* em que o aluno não esteja entregue apenas aos tutores que tiram dúvidas escritas em português, embora o façam muito bem, porém os sistemas digitais de ensino precisam olhar esse aluno sinalizante e de fato verificar que ele aprendeu a falar na língua de sinais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

BRASI. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm>

COSCARELLI, Carla V. Alfabetização e Letramento Digital. In: COSCARELLI, Carla Viana. RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica Editora, 2017. Cap. 2, p.25-40.

FREIRE *apud* SILVA, Andréa C. P. da. **Processos de Aprendizagem**. Natal, 2014, p. 11. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B3hJh8bGfouiNVpEMUNiQmFWUTQ/view>>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

GOMES, Carlos A. S. **Avaliação do programa “Um Computador por Aluno” (PROUCA) sob a óptica do Modelo CIPP**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/13197>>. Acesso em: 14 jul. 2019. P. 44.

LOPES, Maraísa. A institucionalização do curso de licenciatura em Letras-Libras no Brasil: língua, sujeitos e sentidos. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, v.42, n.3, p.57-71, jul./dez. 2018. Disponível em <<http://www.revistalinguas.com/edicao42/edicao42.html>>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS/SECRETARIA EXECUTIVA. Portaria nº 435, de 16 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/72126688>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

STUFFLEBEAM, Daniel L. *The relevance of the CIPP Evaluation Model for Educational Accountability. Annual Meeting of the American Association of School Administrators*. New Jersey, 1971. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED062385>>. Acesso em: 15 jul. 2019.